

SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA E FUNCIONALISMO: CONFLUÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS

Vânia Cristina Casseb-GALVÃO (UFG)¹
André Marques do NASCIMENTO (UFG)²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar possibilidades de confluências epistemológicas entre a sociolingüística variacionista e a abordagem funcionalista de estudo da linguagem. Como exemplos, apresentamos resultados de estudos sobre a gramaticalização do verbo *achar* no português do Brasil e sobre a variação no uso de preposições introdutoras de complementos dativos de verbos bitransitivos na fala de uma comunidade brasileira rural afro-descendente.

ABSTRACT: This work aims to show some possibilities of epistemological convergences between the variationist sociolinguistics and the functional approach of language study. As examples, we present some results about the grammaticalization of the verb *achar* in Brazilian Portuguese and about the variable use of prepositions in dative ditransitive contexts in a Brazilian rural afro-descendent speech community.

1. Introdução

Neste trabalho contemplamos um possível diálogo epistemológico entre a Teoria para a Mudança lingüística, proposta por Weinreich, Labov, Herzog (1968), doravante WLH, básica para a Sociolingüística variacionista laboviana, e princípios funcionalistas, especialmente aqueles relativos à gramaticalização (CASSEB-GALVÃO, 1999, 2001). Acredita-se que as concepções de língua e linguagem inerentes a esses dois campos de estudo da linguagem, bem como o caráter eminentemente empírico de suas investigações, corroboram a possibilidade de confluências epistemológicas que podem ser úteis na explicação de fenômenos referentes à variação e à mudança lingüísticas.

Exemplificaremos esse diálogo a partir do estudo de um fenômeno de gramaticalização, processo especial de mudança lingüística em que um elemento de natureza lexical migra para o sistema gramatical da língua, como o que se deu com a forma *achar* no português do Brasil, e a partir da análise preliminar do fenômeno de variação concernente ao uso de preposições introdutoras de complementos dativos de verbos bitransitivos numa variedade rural do português brasileiro.

2. A sociolingüística variacionista: forças em competição atuantes no sistema lingüístico

Partindo-se da premissa de que a mutabilidade e a variabilidade são características básicas e inequívocas de qualquer língua natural, a Sociolingüística Variacionista tem como principal objetivo a compreensão de como as mudanças se dão nos sistemas lingüísticos e como essas mudanças podem ser relacionadas a processos variáveis sincrônicos nos quais fatores lingüísticos e sociais estão estritamente interligados (WLH, 1968; LABOV, 1972, 1994). Esses pressupostos contrapõem-se à visão estruturalista da língua como um sistema sincronicamente homogêneo, unitário e autônomo.

Ao assumir a competição entre forças internas e externas atuando na configuração de um sistema lingüístico, a Sociolingüística Variacionista refuta a univocidade da relação entre estrutura lingüística e homogeneidade. Para esse modelo teórico-metodológico, a heterogeneidade ordenada é natural e inerente a todo sistema lingüístico efetivamente usado em situações reais de interação.

Na busca por romper com a identificação entre estrutura e homogeneidade, a Teoria para a Variação e Mudança Lingüísticas postula que a ausência da heterogeneidade num sistema lingüístico concreto é que seria disfuncional e descarta as idéias de que estruturas heterogêneas refletem multidialetalismo ou situam-se apenas no nível do desempenho lingüístico de seus usuários. Postula-se que o domínio de estruturas

¹ Doutora em Linguística, professora do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás - UFG. E-mail: vcasseb2@terra.com.br.

² Aluno de mestrado do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás - UFG. E-mail: marquesandre@yahoo.com.br.

heterogêneas é parte da competência lingüística dos falantes (WLH, 1968, p. 100-101; LABOV, 1972, p. 203). A língua é concebida como um sistema inerentemente heterogêneo e variável, que serve de meio de comunicação entre os falantes de uma comunidade e que no qual atuam constantemente forças lingüísticas e sociais.

Como antecipado no antológico ensaio de 1968, à sociolingüística variacionista interessa diretamente os refinamentos alcançados em teorias concernentes à estrutura lingüística para a postulação de possíveis fatores condicionadores da variação e, conseqüentemente, da mudança lingüística. Para WLH (1968, p. 126):

Em relação à mudança lingüística, cada refinamento na teoria da estrutura lingüística (e o mesmo pode ser dito sobre refinamentos na teoria sobre comunidades de fala) tem os seguintes efeitos potenciais:

- (a) uma 'reclassificação' de mudanças observadas de acordo com novos princípios;
- (b) proposta de novos 'condicionadores' da mudança e
- (c) proposta de novas 'causas' da mudança.

Assim, refinamentos alcançados por teorias funcionalmente orientadas, no que concerne aos padrões de uso de expressões lingüísticas, bem como à natureza pragmático-discursiva desses padrões, têm despertado grande interesse em compreender os fenômenos variáveis de uma língua e os mecanismos que ocasionam e implementam a mudança lingüística, pois, de acordo com Sankoff (1988), o ponto de vista variacionista é primeiro determinado por um interesse pela estrutura gramatical no discurso e também pela preocupação com a polivalência e aparente instabilidade da relação forma-função no discurso.

Para Du Bois (1985), qualquer teoria que vise a uma abordagem adequada de fenômenos referentes ao discurso e à gramática terá de reconhecer a influência de processos, ou forças, externas e internas em competição pela configuração do sistema lingüístico. De acordo com esse autor, a língua deve ser vista como um sistema adaptativo, parcialmente autônomo, por isso sistêmico, e parcialmente sujeito a pressões externas, por isso adaptativo (op. cit., p. 344).

A alternativa teórica desse autor é associar a noção de estrutura, proveniente do estruturalismo autônomo, à forças competidoras de natureza tanto interna quanto externa ao sistema (op.cit. 362), síntese denominada por Scherre (1996, p. 41) "funcionalismo moderado". Buscando posicionar a sociolingüística em relação às tendências hegemônicas da lingüística ocidental, a autora a enquadra no paradigma funcionalista, considerando as convergências epistemológicas referentes à descrição e explicação de dados lingüísticos produzidos em circunstâncias concretas. Scherre apóia-se em Du Bois (op. cit.) para dizer que a língua é considerada um sistema adaptativo e na qual atuam tanto forças internas em competição, forças externas em competição e forças internas e externas em competição entre si, que mais cedo ou mais tarde caminham para uma resolução.

Dado o caráter eminentemente descritivo-interpretativo da sociolingüística (Sankoff, 1988) e o reconhecimento de forças em competição atuando constantemente na estrutura lingüística, a busca pela natureza dessas forças torna-se de extrema importância nos estudos de base variacionista e em quaisquer outros que reconheçam a língua como um processo socialmente constituído.

3. O paradigma funcionalista da linguagem: a gramaticalização

A gramaticalização é um tipo especial de mudança, do léxico para a gramática, que tem como uma das diferenças em relação aos fenômenos de mudança reconhecidos por Labov (1985) o fato de que as variáveis são co-ocorrentes e não concorrentes nos sistemas lingüísticos. Hopper (1993, 1996) aciona o princípio da persistência ao dizer que itens lexicais fontes e itens mais ou menos gramaticais alvos são co-existent nas gramáticas das línguas e contribuem para a satisfação de necessidades comunicativas. O princípio funcionalista que sustenta esse olhar para as diferentes funções que uma forma pode exercer é o princípio da fluidez lingüística: as línguas estão sempre emergindo e sujeitas às pressões de uso. Logo, é no âmbito de uma comunidade de fala, socialmente constituída que se vislumbra o processo a partir do qual são observados novos usos, de valores significativos mais abstratos, para "velhas" formas, de significação mais concreta.

Para essa discussão, apresentamos os *corpora* de análise e os aspectos epistemológicos gerais que orientam o trabalho a partir de WLH (1968), Labov (1994) Chambers (1995), os quais sustentarão o tratamento de um fenômeno de gramaticalização (GR) tradicionalmente estudado à luz de princípios

funcionalistas (NEVES, 1997; CASSEB-GALVÃO, 2001, GONÇALVES, 2002).

A partir do princípio variacionista do *tempo aparente*, mostraremos o diálogo possível entre essas duas abordagens que reconhecem a constituição sócio-interacional dos sistemas lingüísticos. Atentaremos para os aspectos sociais que correlacionam o uso da forma *achar* como elemento modalizador, operador gramatical de valor epistêmico, expressão da opinião do falante e de suas (in)certezas quanto ao valor de verdade da proposição que enuncia.

As palavras de Galembeck (1999, p.11-12) ajudam a ratificar a possibilidade deste diálogo epistemológico, em face do rigor empírico que caracteriza as análises de cunho sociolingüístico variacionista:

As características da língua falada, a extrema variabilidade que define essa modalidade de língua e o fato de o material de estudo ser obtido em situações reais de interação espontânea e não-planejada impõem a adoção do método empírico indutivo. [...] Em outros termos: a fluidez e a falta de planejamento prévio requerem uma metodologia específica que dê conta dos fenômenos peculiares a essa modalidade de língua. [...]. Na verdade, qualquer estudo empírico de uma língua está muito mais voltado para questões de rigor ou precisão metodológica que um estudo não empírico. O enfoque funcionalista é bastante empírico e nesse sentido muito mais rigoroso do que um enfoque baseado exclusivamente em intuições.

Para WLH (1968), uma teoria de mudança deve estar apoiada em pressupostos e atender a alguns problemas. Os pressupostos são os seguintes: a mudança lingüística não deve ser identificada como um procedimento aleatório a partir de variação inerente à fala. As mudanças lingüísticas começam quando a generalização de uma determinada variante num determinado subgrupo da comunidade de fala assume uma certa direção e adquire o caráter de diferenciação ordenada. A estrutura lingüística inclui a diferenciação ordenada de falantes e de estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o controle da linguagem pelos falantes nativos inclui o controle de tal estrutura heterogênea.

E mais, nem toda variação e heterogeneidade na estrutura lingüística envolvem mudanças; porém todas as mudanças envolvem variação e heterogeneidade (WLH, 1968, p. 188). A generalização da mudança lingüística através da estrutura lingüística não é nem uniforme e nem instantânea; envolve a co-variação de mudanças associadas no decorrer de substanciais períodos de tempo, e está refletida na difusão de isoglossas em áreas do espaço geográfico.

Logo, as mudanças lingüísticas ocorrem nas gramáticas das comunidades de fala. Em virtude de as estruturas variáveis contidas em uma língua serem determinadas pela função social. Os idioletos não podem fornecer a base para gramáticas internamente consistentes. A mudança lingüística é transmitida na comunidade como um todo; não está confinada a passos discretos na família. Quaisquer discontinuidades encontradas na mudança lingüística serão produtos de específicas discontinuidades na comunidade, ao invés de inevitáveis produtos de lacunas geracionais entre pais e filhos (WLH, 1968, p. 188).

Isso significa reconhecer que fatores lingüísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento de mudanças lingüísticas. As explicações que são confiadas a um ou a outro aspecto, não importando quão bem construídas estejam, falharão ao tentarem dar conta da riqueza de irregularidades que podem ser empiricamente observadas no comportamento lingüístico.

Segundo os autores, a partir desses pressupostos, uma teoria de mudança deve ser capaz de dar conta de cinco problemas:

1. O problema das *restrições*: reconhecida a heterogeneidade dos sistemas lingüísticos naturais e que toda mudança lingüística pressupõe variação, um dos possíveis objetivos de uma teoria forte de mudança seria determinar o conjunto das mudanças possíveis de ocorrer, a direção que elas vão tomar, e o que está tornando possível a sua implementação;

2. O problema da *transição* diz respeito ao fato de que todas as mudanças distribuem-se continuamente através de sucessivas faixas etárias de determinada população, é um processo diacrônico. Há estágios intervenientes de uma mudança em progresso, que definem o caminho pelo qual uma estrutura A desenvolve-se para uma estrutura B. Graças aos traços arcaico e inovador atribuídos a algumas variantes, a teoria da linguagem pode observar quando as mudanças na língua acontecem. Além do mais, a observação 'in vivo' da mudança lingüística permite recuperar aspectos de mudança que ficaram perdidos no passado. Segundo essa proposta, mudança é precedida por um estágio em que duas formas alternantes co-existem na competência do falante. A mudança se instancia no momento em que o falante privilegia uma das

alternantes e a outra se torna obsoleta.

3. O problema do *encaixamento*: as mudanças devem ser investigadas à luz de sua inserção no sistema lingüístico e na estrutura social. Quanto ao primeiro aspecto, os autores em pauta concebem o sistema lingüístico como:

- (i) um conjunto de níveis discretos, coexistentes, identificados por estrita co-ocorrência, funcionalmente diferenciados e disponíveis para a comunidade de fala;
- (ii) compreendendo variáveis intrínsecas, definíveis a partir de co-variação com elementos lingüísticos e extralingüísticos.

Vale recordar que raramente um sistema se modifica como um todo. O que ocorre é uma mudança gradual nos valores modais de uma variante.

Quanto ao segundo aspecto, os autores defendem que o encaixamento da estrutura lingüística em mudança na estrutura social da comunidade de fala requer a inclusão de informação de natureza social e geográfica quando da formulação das regras que descrevam a mudança.

4. O problema da *avaliação*: uma teoria da mudança lingüística deve estabelecer empiricamente os correlatos subjetivos das várias camadas variáveis existentes em uma estrutura heterogênea. É interessante lembrar que os correlatos subjetivos de mudança são mais categóricos na natureza do que os modelos de mudança de comportamento: suas investigações aprofundam nosso entendimento a propósito da maneira como uma categorização discreta é imposta na continuidade do processo de mudança.

5. O problema da *atuação*: para os autores, a mudança lingüística inicia-se quando um traço variável espalha-se através de um subgrupo específico da comunidade. Este traço assume, então, uma certa significação social, usualmente os valores atribuídos ao grupo social que adotou o traço em questão. Dado o encaixamento na estrutura lingüística, o traço em questão gradualmente generaliza-se para os outros elementos da estrutura. Este espraiamento pode ser bastante lento, de maneira que podem ocorrer modificações na estrutura social da comunidade antes que o processo se complete. Novos grupos podem entrar na comunidade e reinterpretar o processo de mudança de tal forma que uma mudança secundária se transforme em primária e o que era variável se torne constante.

Uma 'leitura' das propostas da abordagem da gramaticalização à luz das proposições de WLH (1968) mostra que os estudos de gramaticalização atentam para três dos cinco problemas listados anteriormente: restrição, encaixamento e atuação.

Quanto ao problema da restrição, há a previsão do direcionamento da mudança, das propriedades da forma fonte, das motivações e dos processos a partir dos quais a mudança se instancia (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; RAMAT; HOPPER, 1998). Estudiosos da gramaticalização abordam o problema do encaixamento na estrutura lingüística na medida em que reconhecem o processo ocorrendo em contextos específicos e aludem as conseqüências que a gramaticalização pode acarretar para um domínio funcional. Estudiosos da gramaticalização, geralmente, deixam de lado aspectos do encaixamento na estrutura social. Um dos poucos trabalhos que aponta para uma análise estatística desse tipo de processo é o de Thompson; Mulac (1991). Preocupada apenas com aspectos cognitivos e contextuais, a abordagem da GR não costuma trabalhar com a hipótese de que fatores sociais podem influenciar esse tipo de mudança.

4. Análises e resultados

Apresentaremos nesta sessão as análises dos fenômenos referidos no início deste trabalho, a saber, a gramaticalização do verbo *achar* no português brasileiro e a variação no uso de preposições introdutoras de complementos dativos de verbos bitransitivos numa comunidade de fala rural afro-descendente de Goiás. Nas análises buscamos relacionar aspectos teórico-metodológicos da sociolingüística variacionista e da abordagem funcionalista.

Na análise da gramaticalização, correlacionamos, para além das possibilidades metodológicas, princípios comuns à sociolingüística, como a co-relação entre língua e sociedade, a partir da análise no tempo aparente. Na análise da variação no uso de preposições, recorreremos a um princípio funcionalista, o da iconicidade (Haiman, 1983), para explicar a ausência desse conectivo em determinadas estruturas.

4.1. A gramaticalização do verbo *achar* no PB

Ainda que a abordagem tradicional da GR não atente para o encaixamento das mudanças na estrutura social, entendemos que a irradiação do uso das formas gramaticalizadas por toda a comunidade pode se dar em correlação com fatores lingüísticos e sociais. Por isso, ao procedermos à análise dos dados de fala analisaremos fatores lingüísticos, mas a ênfase maior será dada aos fatores sociais. Antes, porém, cabe apresentar os usos de *achar* que constituem o contínuo de gramaticalização desse item, conforme verificou Casseb-Galvão (1997):

Achar 1: [SN *achar* SN]: núcleo de predicação, verbo pleno, processo.

(1) Valdinei é o meu mais velho...Valdinei num tá istudando tá trabalhando..quero vê si *acho* uma vaga...vai voltá a istudá (RD F, 40a, 0).

Achar 2 (apreciação): [[SN *achar*] [que S]]: um verbo que seleciona dois argumentos, um sujeito com o traço [+ humano] e um complemento oracional [+ abstrato]. A apreciação implica uma certa experiência com aquilo que está sendo considerado; se ele não tem essa experiência só lhe é permitido fazer uma suposição.

(2) era...*eu achava*...(era) uma vida farta eu sempre gostei de Rondon. (RD, F, 3)

Achar2': [SN *achar* 0 SAdj]

(3) (...) ali perto da praça da Sé tudo esburacado por causo do metrô né? *Achei* horrível. (NURC, M, 3).

Achar3 (palpite): [[SN *achar*] [que S]]: Aceita a substituição da cópula pelas locuções *deve ser, é provável, é possível* - modalizador epistêmico, indicador de possibilidade, probabilidade. Ainda traz resquícios da função predicativa, mas perde propriedades de verbos plenos.

(4) *Eu acho* que (a prova) será na primeira semana de setembro. *Eu acho*....Isso que eu tô te dizendo é pura especulação. (amostra não-sistematizada)

Achar 4: [S] *Achar* / *Achar* [S] / [S] [*Achar*] [S]: modalizador, codifica incerteza a respeito da realização ou valor de verdade do conteúdo asseverado na proposição. Propriedades sintático-semânticas e discursivas que se afastam significativamente daquelas inerentes aos verbos plenos; parentético, de valor adverbial..

(5) depois :::acabaram os BONdes:...ainda veio o o os () ônibus ehn? que é pior ainda *eu acho* (NURC, F, 3)

A partir de uma leve investida nos princípios metodológicos da sociolingüística laboviana, utilizamos como variáveis independentes lingüísticas algumas das propriedades dos tipos de *achar* sintetizadas na coluna 1 da tabela 1: *tempo* e *modo verbal*, *pessoa do discurso* e *realização fonética do sujeito*. E, pretendendo vislumbrar um caso de GR encaixado também na estrutura social, procedemos a uma análise que enfatiza os seguintes grupos de fatores extralingüísticos: *gênero*, *tipo de amostra* e *faixa etária*. O envelope de variação ficou, então, assim constituído:

- Variável dependente: tipo de *achar*: *Achar1*, *Achar2* (*apreciação*), *Achar2'*, *Achar3*(*palpite*), *Achar4*.

- Variáveis independentes: tempo verbal (presente, passado, futuro); pessoa do discurso (1a singular, 2a singular, 3a singular; 1a plural, 2a plural, 3a plural), modo verbal (Indicativo, Subjuntivo, Imperativo). Realização fonética do sujeito: sujeito realizado foneticamente, sujeito não realizado foneticamente. Gênero: masculino, feminino. Faixa etária: 25 - 35 anos, 36 - 55 anos, 56 anos em diante. Amostra: NURC / SP, Rondon.

Definido o envelope de variação, submetemos todas as ocorrências de *achar* ao programa *Varbrul* (PINTZUK, 1988). Os dados de fala, num total de 459 ocorrências, foram extraídos dos diálogos entre dois informantes do NURC/SP e das entrevistas do *corpus* Rondon, coletados entre 1997 e 1998 na cidade de Rondon do Pará, Pará, comunidade constituída por pessoas oriundas de diferentes regiões do país. Os resultados obtidos para as variáveis lingüísticas *tempo*, *modo*, *pessoa* e *realização fonética do sujeito* contam da tabela 1.

Tabela 1: Variáveis linguísticas vs Tipos de achar

	<i>ACHAR1</i>	<i>ACHAR2</i>	<i>ACHAR2'</i>	<i>ACHAR3</i>	<i>ACHAR4</i>	<i>TOTAL</i>
Presente	2 33%	117 92%	40 72%	83 100%	31 100%	273 90,4%
Passado	4 67%	9 8%	16 28%	-	-	29 9,6%
Indicativo	5 83%	126 100%	56 100%	83 100%	31 100%	301 99,6%
Subjuntivo	1 17%	-	-	-	-	1 0,4%
1ª. singular	4 66%	110 87,5%	54 96%	83 100%	31 100%	282 93,3%
2ª. singular	-	2 1,5%	-	-	-	2 0,7%
3ª. singular	-	9 7%	1 2%	-	-	10 3,3%
3ª. plural	2 34%	5 4%	1 2%	-	-	8 2,6%
Realizado	2 44%	87 70%	44 9%	54 66%	13 41%	200 66%
Não realiz.	4 66%	39 30%	12 21%	29 34%	18 58%	102 44%
TOTAL	6 2%	126 42%	56 19%	83 27%	31 10%	302 100%

Os resultados da tabela 1 mostram que no *achar1*, a variabilidade de tempo, modo e pessoa é plena. Os verbos *achar2* e *achar2'* ainda mantêm certa variabilidade embora sejam usados principalmente na primeira pessoa do presente do indicativo. É esta variabilidade que nos permite dizer que esses itens estão num grau intermediário de gramaticalização, cujos pontos de partida e de chegada são, respectivamente, o *achar1* (verbo pleno) e o *achar4* (modal).

Os tipos de *achar* que têm o caráter modalizador mais forte - *achar3* (*palpite*) e *achar4* - deixam de apresentar as propriedades verbais mais plenas, ou seja, deixam de manifestar variabilidade de modo, tempo e pessoa, evidenciando uma decategorização (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Todas as ocorrências desses dois tipos de *achar* encontram-se em primeira pessoa do singular do tempo presente do modo indicativo. Essa cristalização de modo, tempo e pessoa deve estar relacionada ao fato de que o momento da enunciação é simultâneo à modalização do conteúdo enunciado, quando o falante chama para si a responsabilidade sobre o que diz, posicionando-se em relação à avaliação do valor de verdade do que enuncia.

A posição do falante parece que também é marcada foneticamente. As formas intermediárias do processo de GR - *achar2* (*apreciação*), *achar2'* e *achar3* (*palpite*) - apresentaram considerável tendência a realizar foneticamente o pronome-sujeito, o falante “sinaliza” que é a fonte e a origem do que enuncia.

Conforme menção anterior, pretendemos verificar se os processos de GR também são sensíveis a fatores sociais, levando em consideração o papel do falante, e não apenas a aspectos cognitivos e contextuais, como sugere a abordagem tradicional da GR. Entre os fatores sociais que podem estar correlacionados a esse subtipo de mudança linguística destacamos: *gênero*, *tipo de amostra* (escolaridade) e *faixa etária*. Para esta análise consideraremos apenas os usos mais gramaticalizados de *achar* - *achar3* (*palpite*) e *achar4*. Em relação ao primeiro grupo de fatores consideramos as amostras NURC e Rondon em conjunto, nos demais as amostras serão analisadas individualmente. A tabela 2 traz os resultados para a variável gênero:

Tabela 2: Tipos de achar x gênero

	<i>ACHAR3</i>	<i>ACHAR4</i>	<i>TOTAL</i>
Feminino	38 45%	18 58%	56 49%
Masculino	45 54%	13 42%	58 51%
Total	83	31	114

Os valores demonstram oscilação no uso entre homens e mulheres, porém há predomínio das mulheres em relação ao uso do *achar4*.

A variável *tipo de amostra* remete indiretamente ao grau de escolaridade. Considerando a influência normatizadora da escola, a hipótese é que os falantes da amostra NURC, todos de nível superior, façam mais uso de outros modais - *supor*, *imaginar*, *crer*, *possivelmente*, *provavelmente*, *talvez* - do que os informantes da amostra RD que têm o nível de escolaridade variando entre 0, 1º e 2º graus, conforme tabela 3.

Tabela 3: Comparação entre a frequência do *achar* e outros modais

	<i>Achar</i> ³⁺⁴	PARECER	ACREDITAR	TALVEZ	OUTROS	TOTAL
NURC	62 34%	46 25%	16 8%	25 14%	33 19%	182
RONDON	52 84%	7 11%	-	2 3%	1 2%	62
Total	114 47%	53 22%	16 6%	27 11%	34 14%	244

Quanto ao uso dos tipos de modais por amostra, verificamos um predomínio das formas modalizadoras, - *achar*³ (*palpite* e *achar*⁴) - na amostra Rondon, cujos informantes são menos escolarizados. De todos os modalizadores da amostra NURC, 34% são codificados na forma *achar*. Na amostra RD esse percentual sobe para 83,87%. O *achar* se revela como modalizador prototípico no português falado, independentemente da escolaridade envolvida.

A variável independente faixa etária foi considerada para um estudo em *tempo aparente*. Um estudo em tempo aparente, segundo Labov (1994), tem como pré-condição necessária, tanto para a reconstrução histórica quanto para o uso do presente, o princípio do uniformitarismo. Segundo esse princípio, todos os fenômenos geológicos podem ser explicados como resultantes de processos observáveis que operam de maneira uniforme. O princípio do uniformitarismo, oriundo da geologia, seria a pré-condição necessária tanto para a reconstrução histórica, quanto para o uso do presente para explicar o passado, pois permite inferir, pela observação de processos em curso, processos que operaram no passado. A partir dessa concepção Labov (1994) propõe o que se convencionou chamar análise em tempo aparente, ou seja, que é possível captar as diversas etapas de um processo de mudança através da análise distribucional-quantitativa de variáveis em diferentes faixas etárias. A escala em tempo aparente obtida em um estudo com falantes de idades diferentes é o que se denomina de “gradação etária”. Ela corresponde, de acordo com a hipótese clássica, a uma escala de mudança em tempo real.

Labov (1994) propôs uma combinação das possibilidades de mudanças e/ou de não-mudança dos indivíduos e das comunidades ao longo do tempo, combinação que resulta em quatro padrões diferentes, dispostos no quadro a seguir:

Quadro 1: padrões de mudança no indivíduo e na comunidade

	INDIVÍDUO	COMUNIDADE
1. Estabilidade	Estável	Estável
2. Gradação etária	Instável	Estável
3. Mudança geracional	Estável	Instável
4. Mudança comunitária	Instável	Instável

(Labov, 1994, *apud* Callou *et alii* 1998:66)

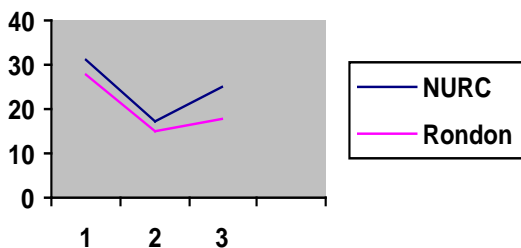
Os dois primeiros padrões podem ser facilmente interpretados: se o comportamento dos indivíduos é estável durante toda a sua vida e a comunidade se mantém estável também, não há variação a analisar e tem-se a *estabilidade*; se os indivíduos mudam seu comportamento lingüístico durante suas vidas, porém a comunidade como um todo permanece a mesma, o padrão pode ser considerado como *gradação etária*.

O terceiro e o quarto padrão não são tão fáceis de serem apreendidos. Na mudança geracional, os indivíduos apresentam uma frequência característica para uma variante em particular, mantendo-a durante toda a sua vida. Aumentos regulares, porém, dessas frequências individuais durante várias gerações podem levar a uma mudança comunitária. Neste tipo de mudança, todos os membros da comunidade alteram conjuntamente suas frequências ou adquirem simultaneamente novas formas. Para Labov (1994, *apud* CALLOU *et alii* 1998:66), este seria o padrão característico da mudança lexical e sintática, enquanto a mudança geracional seria típica da mudança sonora e morfológica.

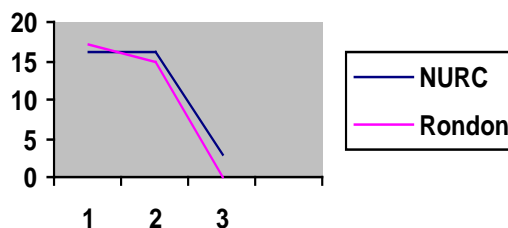
Com o objetivo de verificar o comportamento do indivíduo e da comunidade, ou seja, verificar se se trata de mudança em progresso ou de um caso de variação estável, compararemos a distribuição dos tipos de *achar* mais gramaticalizados nas duas amostras. Analisamos separadamente as mulheres e os homens de mesmas faixas etárias. O ideal em um estudo em tempo aparente, para se verificar um caso de mudança em progresso, seria trabalhar com mesmos indivíduos em duas amostras recolhidas em épocas diferentes. Como isso não nos foi possível, procedemos a um estudo comparativo entre os resultados obtidos com a amostra NURC, coletada na década de 70, e os resultados da amostra, Rondon, constituída na segunda metade da década de 90. *Achar*³ e *achar*⁴, homens e mulheres foram analisados separadamente.

As figuras a seguir apresentam a frequência percentual nas duas amostras:

Mulheres X Achar3

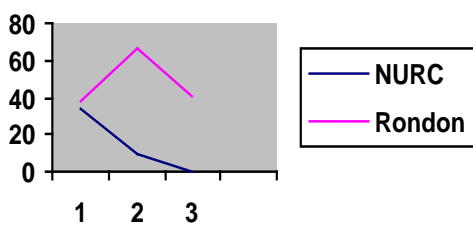


Mulheres X Achar4

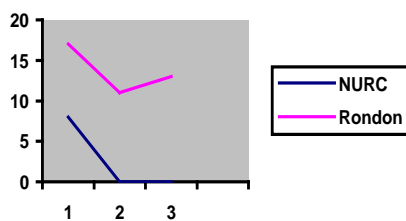


Com relação às mulheres, as curvas de distribuição do *achar3* apontam para variação estável nos dois corpora. E as do *achar4* apontam para mudança em progresso no NURC e no Rondon. Em relação ao *achar3*, as mulheres das três faixas etárias não modificaram seu comportamento dos anos 70 para os anos 90, mas o uso foi mais recorrente na primeira faixa etária. E quanto ao *achar4*, o item foi utilizado de maneira semelhante nas duas primeiras faixas etárias, uso que decresce consideravelmente entre as mulheres de mais idade, e chega a ser nulo na amostra Rondon.

Homens X Achar3



Homens X Achar4



Com relação aos homens, as curvas de distribuição para *achar3* e *achar4* apontam, respectivamente, para mudança em progresso no NURC e variação estável no Rondon. O uso de *achar3* no NURC diminui da primeira para a segunda faixa etária, não ocorrendo entre os mais velhos. Na amostra Rondon os falantes das faixas etárias extremas exibem comportamento semelhantes entre si, e divergentes em relação aos falantes da faixa etária intermediária. Quanto ao *achar4*, na amostra NURC, é usado apenas pelos falantes a 1ª faixa etária. Já na amostra Rondon, as três faixas etárias mantêm praticamente a mesma frequência.

4.2. A variação no uso de preposições na expressão do dativo numa comunidade de fala rural afro-descendente de Goiás

O estudo da variação no uso de preposições em contextos dativos foi realizada com base em dados de fala coletados em uma comunidade rural afro-descendente de Goiás, a comunidade dos Almeidas, remanescente de um antigo agrupamento quilombola. A investigação, ainda em caráter preliminar, teve como objetivo verificar os fatores atuantes no uso de preposições introdutoras de objetos indiretos (OI). Observou-se que para a expressão do dativo em contextos bitransitivos, a comunidade de fala em foco tem como alternativas o uso de um sintagma preposicionado nominal ou pronominal (6), o uso de um clítico (7-8) ou ainda de um sintagma não-preposicionado (9-10):

(6) ...aí depoizi teve uma vizinha lá falô assim “não vô dá escola ao meno *pa* Maria...

(7) ... isso é uma muda que uma muié lá ne Silvânia *me* deu...

(8) ...ele *me* deu [o remédio caseiro] ah... nem no médico num fui não.

(9)... chega cedim cinco hora mar o meno e aí/ pidi Ø o caboco o pôso...

(10) ...Antigamente todo mundo culía assim... Cuzinhava feijão até *pa* dá Ø os porco eu alembo do pai cuzinhá assim tachada dava *p'os* porco depois num dia

A presente análise concentrou-se, entretanto, nas construções de OI em que se alternam a presença e a ausência da preposição. O fenômeno destacado parece estar correlacionado a fenômenos atuantes no sistema do PB como um todo, como a mudança de preposição introdutora de dativo, a ordem dos constituintes na sentença e a presença de objetos diretos (OD) nulos no PB. O objetivo principal desse

estudo é verificar quais fatores lingüísticos e extralingüísticos atuam nas construções em que a preposição está ausente, bem como levantar hipóteses sobre as origens da atual configuração do PB a partir de dados diacrônicos, uma vez que, para alguns autores (LUCCHESI, 2001, especialmente) a ocorrência desse processo variável no PB pode indicar os efeitos do contato entre o português europeu e línguas africanas.

Para a gramática tradicional, o segundo complemento de um verbo bitransitivo dativo sempre será introduzido pela preposição *a*, às vezes pela preposição *para*; (BECHARA, 2003; ROCHA LIMA, 1973); refere-se à pessoa destinada ou beneficiada pela ação verbal (BECHARA, 2003; ROCHA LIMA, 1973; LUFT, 2000); em terceira pessoa é comutável com o pronome oblíquo átono *lhe* (BECHARA, 2003; ROCHA LIMA, 1973; LUFT, 2000); salvo em raras exceções, não admite passagem para a voz passiva (ROCHA LIMA, 1973).

De acordo com essa perspectiva, pode-se vislumbrar, no português, codificações de estruturas dativas com verbos bitransitivos em que o segundo complemento verbal é constituído por sintagma preposicionado ou por uma forma oblíqua átona. Uma observação mais atenta do PB, especialmente em suas variedades populares menos formais, mostrará, entretanto, que as formas para expressão do dativo em contextos bitransitivos vão além do que prescreve a tradição gramatical.

Um primeiro ponto de desacordo refere-se ao uso exclusivo da preposição *a* para a expressão do dativo. Diversos estudos têm apontado a gradual substituição dessa preposição por *para* em contextos cada vez mais amplos, dos quais o dativo é um deles. A preposição *a* tem se especializado como uma variante formal, usada mais frequentemente na língua escrita e em contextos bastante formais da língua falada (GOMES, 1996, 2003a). Além disso, algumas variedades do PB apresentam a possibilidade de ocorrência de OI de verbos bitransitivos sem a presença de uma preposição, seja ela *a* ou *para*, e sem a presença de uma forma cliticizada (GOMES, 1996; SCHER, 1996; SARAIVA, 1988), como apresentado nos exemplos (9) e (10).

No inglês, língua em que o fenômeno é bastante produtivo, essa possibilidade é conhecida como alternância dativa e as construções em que há ausência de preposição introduzindo OI adjacente ao verbo são conhecidas como construções de duplo objeto (LARSON, 1988 *apud* SCHER, 1996). Alguns estudos focalizaram o PB no tocante a esse fenômeno (SARAIVA, 1988; GOMES, 1996, 2003a, 2003b; SCHER, 1996).

Para a análise estatística do presente estudo, foram submetidos 108 dados de ocorrência de OI complementos de verbos bitransitivos. Como já explicitado, apenas complementos preposicionados foram analisados, considerando-se também a possibilidade de não ocorrência da preposição. Dessa forma, foram excluídas da análise ocorrências com OI representado por clítico anafórico.

A fase inicial de análise estatística produzida pelo programa computacional *Varbrul* (PINTZUK, 1988) fornece as porcentagens referentes a cada fator postulado como condicionador da variação. A partir desses primeiros resultados, algumas constatações importantes podem ser formuladas.

Dos 108 dados submetidos à análise, 97 deles referem-se ao uso da preposição *para* e apenas 2 ao uso da preposição *a*. A ausência de preposição ocorreu em 9 desses dados. As duas únicas ocorrências da preposição *a* introdutoras de OI dativo são apresentadas a seguir:

- (12) ... não a/aí se o caboco tivé devoção *a* Nossa Senhora Aparicida é/ tem de/ faiz o pidido...
(13) ... quente é... quente memo e: aqui eu vô falá era um... um apuro 'quí é pidino *a* Deus pa mode chuvê...

Pode-se constatar, a partir das freqüências apresentadas que a tendência na comunidade é de manutenção do nexos preposicional, uma vez que o percentual de não ocorrência de preposição é extremamente baixo (8%). A baixíssima ocorrência da preposição *a* introduzindo complemento dativo na comunidade de fala dos Almeidas corrobora a hipótese segundo a qual, no PB, essa preposição está sendo substituída nesse contexto pela preposição *para* nesse contexto (GOMES, 1996; 2003a; 2003b). Apesar de a presente análise não contar com resultados do tempo aparente, pode-se afirmar que a preposição *a* não é produtiva na introdução de OI dativos de verbos bitransitivos. Não se pode afirmar, entretanto, que a preposição *a* está relacionada a contextos mais formais de uso, nem mesmo a um maior grau de escolaridade (GOMES, 1996), dado o caráter da amostra utilizada, que excluiu as variáveis escolaridade e grau de formalidade, uma vez que todos os falantes entrevistados eram analfabetos.

Pode-se, contudo, confirmar a interpretação de que a preposição *a* é usada em contextos nos quais o OI tem o traço [- humano] e em que a relação que se estabelece entre V e seus complementos é mais abstrata, demonstrando a pouca transparência semântica dessa preposição em relação a preposição *para*

(Gomes, 1996). Os contextos em que ocorre diferem-se daqueles que denotam uma transferência material, caso prototípico de construções dativas (BERLINCK, 1996 *apud* GOMES, 2003b).

O menor grau de transparência semântica atribuído à preposição *a* pode estar correlacionado ao seu maior grau de gramaticalização em relação a *para*, que denota mais fortemente o valor dativo.

As porcentagens indicam ainda que, independentemente da realização fonética de S e OD, a ordem privilegiada em contextos bitransitivos é a canônica. Das 108 ocorrências analisadas, 90 configuram-se na ordem (S) V (OD) OI. Confirma-se, assim, a tendência à fixação da chamada ordem direta do PB. A ordem canônica também favorece a presença da preposição. Nos casos em que a ordem é (S) V OD OI, com OD expresso e possibilidade de sujeito nulo, a presença da preposição é categórica.

Observa-se ainda a alta frequência de OD anafórico nulo nos dados analisados, 47 ocorrências. Confirmando outra característica generalizada do PB (DUARTE, 1989). Esse tipo de construção, em termos percentuais, é o que mais favorece a ausência de preposição, 5 das 9 ausências de preposição ocorrem quando o objeto direto não está expresso.

A adjacência do OI em relação ao verbo, seja pelo movimento do dativo, seja por causa de OD nulo, é o contexto por excelência de ausência da preposição. Todas as ocorrências da variante \emptyset dão-se quando o OI está em posição adjacente ao verbo. Pode-se, mesmo a partir das frequências brutas, confirmar a relevância da adjacência no fenômeno variável em questão. Esses resultados ratificam os de Gomes (1996, 2003a, 2003b) e de Saraiva (1988).

A relação semântica entre V e seus complementos que mais favorece a ausência da preposição é ocasionada por verbos de conteúdo pleno sem transferência material, do tipo *falar, dizer, contar, pedir*. A ocorrência desse tipo de verbo na amostra é de 41 casos, dos quais 20% apresentam ausência de preposição, ou seja, 8 das 9 ocorrências. Dos verbos que denotam transferência material, apenas um apresentou OI sem preposição. Destaca-se o uso categórico de *para* nesse contexto, confirmando a maior transparência semântica dessa partícula nas relações de transferência.

Na análise multidimensional, que atribui pesos relativos para cada grupo de fator, apenas um grupo estatisticamente relevante foi selecionado: *a natureza morfossintática do OI*. À postulação dessa variável independente subjaz a hipótese de que OI oracionais, por sua complexidade, tendem a se posicionar no final da sentença, logo, numa posição não-adjacente ao verbo, o que favoreceria a presença de preposição. Essa hipótese inicial foi confirmada, as ocorrências que apresentavam OI oracional apresentaram categoricamente introduzidas por preposição. Percebe-se, a partir dos valores dos pesos relativos para esse grupo, que OI de núcleo lexical são os que mais favorecem a ausência da preposição. O peso relativo atribuído a este fator é de .71, em oposição a núcleos pronominais (.33), o que indica forte influência na variação em questão:

- (11) ... uai diz que é final do ano eu num sei quê/ se: que dia que é que eu num piguntei \emptyset a Lia...
(12) ... ma eu pidí \emptyset o divino pai eterno que é pra ele pô esse prego hoje...
(13) ... chega cedim cinco hora mar o meno e aí/ pidí \emptyset o caboco o pôso...

O resultados quantitativos sugerem que a variação em questão possui caráter morfossintático, motivado cognitivamente, uma vez que tanto a natureza do OI quanto sua posição no SV estão relacionadas à ausência de preposição introdutora de OI. Acredita-se que o princípio da iconicidade (HAIMAN, 1983) esteja atuando nessa configuração na medida em que a proximidade do OI em relação ao verbo, posição que favorece a variante \emptyset , pode ser interpretada como maior grau de afastamento do verbo sobre seu complemento.

De acordo com esse princípio, de caráter funcional, a relação entre forma e função é motivada e estabelece-se de acordo com os seguintes pontos: a) a distância lingüística entre expressões corresponde à distância conceptual entre elas e b) a separação lingüística entre expressões corresponde à independência conceptual do objeto ou evento que representa. De acordo com Haiman, pode-se estabelecer que a distância entre o verbo transitivo e seu complemento é menor que a distância entre um verbo intransitivo e seu complemento, uma vez que verbos transitivos afetam seu objeto, enquanto intransitivos não.

Tanto em línguas do tipo nominativo/acusativo como em sistemas ergativos, a distância conceptual entre verbo e objeto é maior se o objeto está no caso oblíquo, como dativo ou instrumental. O princípio prevê que não existe nenhuma língua cuja marca de caso de objeto oblíquo seja menor que a correspondente marca de objetos diretamente afetados. Haiman defende que existe um nível de representação sintática onde esse princípio é um índice icônico da distância conceptual. Ou seja, o afixo de caso, ou preposição, ou

posposição, que denota relação gramatical, ocorre entre o verbo e o complemento. Também não é o significado da marca de caso que é diretamente responsável pela diferença de significado entre construções V+O e V+XO. O que todas essas partículas compartilham, apesar da substância semântica específica com que podem contribuir, e que as torna apropriadas para a função abstrata de assinalar a baixa transitividade, é o volume fonológico.³

O caráter lexical de OI corrobora essa interpretação, uma vez que indicam de maneira semanticamente mais clara o papel META desses complementos, ou seja, a quem a ação verbal se destina.

A análise preliminar em dados diacrônicos do português demonstrou que esse fenômeno já se configurava em estágios pretéritos da língua (14) e, apesar da inevitável comparação que se pode estabelecer com crioulos de base portuguesa (15), acreditamos que a ocorrência da variante não-preposicionada no PB deve-se antes ao processo de deriva histórica da língua, possivelmente acelerado pelo contato com línguas africanas em solo brasileiro.

(14) **a.** “Outrosy mandamos que se alguu fezer carta de doaço de ssas cousas a outrĩ e a carta tener aquel que a fezer primeyro, possa tolher se quiser e dala Ø outrĩ fazer delha o que quiser.” (Foro Real de Afonso X: século XIII)

b. “E quando sã Nono aquesto ouvyo, envyou rogar Ø os outros bispos que veessem a el.” (Flos Sanctorum: século XIV)

c. “... e preguntou [...] Ø todollos reys e [...] todollos primçepes e a todollos hommens de todallas terras como poderia leixar aquell castello a seu salvo...” (Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte: século XIV)

d. ... Leuaua njcolao coelho cascauees e manjlhas e Ø huus daua huu cascauel e aoutros huua manjlha... (Carta de Pero Vaz de Caminha)

(15) **a.** Minino manda Ø si mame uma carta (Crioulo da Guiné-Bissal)

b. Ê ra Ø Têruga ua Kiba palaxu (Crioulo de São Tomé e Príncipe)

Ele deu Ø Tartaruga uma parte do seu palácio. (LUCCHESI, 2001)

c. Wakonge wapele mbyia wanace (Língua Yao)

mulher deu dinheiro Ø criança

d. Wakonge wapele wanace mbyia (Língua Yao) (GOMES, 2003a)

mulher deu Ø criança dinheiro

e. Jon da Maria libro” (COUTO, 1994)

5. Conclusões

Comparando-se os resultados verificados para os fenômenos de instabilidade lingüística como a gramaticalização do *achar* e os usos variáveis da preposição em contextos dativos em diferentes amostras do português do Brasil a partir de uma perspectiva que considera a variação inerente e funcional aos sistemas lingüísticos, conclui-se que:

- Princípios funcionalistas, como o da iconicidade, são produtivos para explicar o uso de regras variáveis no português e a implementação de processos que atestam o dinamismo e a fluidez sistêmica, como a gramaticalização, são mais visíveis considerando-se princípios teórico-metodológicos variacionistas. Isso mostra que tanto na gramaticalização do *achar* quanto o uso variável da preposição em contextos dativos estão correlacionados fatores de ordem cognitiva e social. Esses dados ratificam a teoria de WHL de que independentemente do tipo de mudança lingüística, ela se dá em contextos reais de uso da língua, e considerado o perfil social da comunidade envolvida.

- Quanto aos fatores de ordem social atuantes na gramaticalização, observa-se que o falante inova, no caso do *achar*, tudo indica que as mulheres inovam, e a partir dessa inovação, a mudança ocorre na comunidade.

- As variantes em processo de GR não são concorrentes, são co-ocorrentes, as formas “antigas” e as formas “novas” convivem pacificamente e estão à disposição do falante no sistema lingüístico. No caso da variação no uso de conectivos preposicionais em contextos dativos, as variantes são concorrentes e indicam um processo de mudança pelo qual tem passado o PB, a saber, a substituição da preposição *a* pela preposição

³ “In no language will the phonological expression of a direct case be bulkier than that of the corresponding indirect case” (Haiman, 1983: 792).

para nesses contextos. Além disso, a análise variacionista demonstra a possibilidade de ausência de ausência de preposição correlacionada a uma fator de ordem funcional, explicado pelo princípio da iconicidade, de ordem cognitiva.

6. Referências bibliográficas

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

CALLOU, D., MORAES, J. & LEITE, Y. Apagamento do R final no dialeto carioca: um estudo em tempo real e em tempo aparente. **Delta**, 14, 1988. p.61-72.

CHAMBERS, J. K. **Linguistic variation and the its social significance**. Blackwell / Oxford UK & Cambridge, USA, 1995.

Couto, H. H. do. **O crioulo português da Guiné-Bissau**. Hamburgo: Helmut Buske Verlag, 1994.

DUARTE, M. E. L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In. TARALLO, F. (org.) **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas, SP: Pontes, 1989. p.19-34

DU BOIS, J. W. Competing motivations. In : HAIMAN, J (ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985. p.343-365

GALEMBECK, P. T. Metodologia de pesquisa em português falado. In:RODRIGUES, A. C. S. et al. (Orgs.). **I seminário de Filologia e Língua Portuguesa**. São Paulo: Humanistas USP, 1999. p. 108-119.

GONÇALVES, S. C. L. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade**. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GOMES, C. A. **Aquisição e perda de preposição no Brasil**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Inédito.

GOMES, C. A. Dative alternation in Brazilian Portuguese: typology and constraints. **Language Design Journal of Theoretical and Experimental Linguistics**. Universidade de Granada, vol.5, n.1, 2003a. p.67-78

GOMES, C. A. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. C.; Duarte, M. E. L. **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2003b. p.81-96.

HAIMAN, J. Iconic and economic motivation. **Language** 59, 1983. p. 781-819.

HEINE, B., CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization**: A conceptual framework. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, P. J. Some recent trends in gramaticalization. IN: Annu. **Rev. Anthropol**, 25, 1996. p. 217-236

HOPPER, P; TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia. University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. **Principles of linguistic change**. Oxford / Cambridge: Blackwell, 1994.

LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000). **D.E.L.T.A.** vol. 17, n.1, 2001. p.97-130.

LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. 14ª ed. São Paulo: Globo, 2000.

NEVES, M. H. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RAMAT A.; HOPPER, P (Ed.). **The limits of grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 1998.

PINTZUK, S. **VARBRUL Programs**, 1988. Inédito.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 18ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

SANKOFF, D. Sociolinguistics and syntactic variation, In: NEWMAYER, F. J. (Ed.) **Linguistics: The Cambridge survey**. Volume IV. (Language: the Social – cultural context). New York: Cambridge University Press, 1988. p. 141-160.

SARAIVA, M. E. F. A elipse da preposição no português à luz da motivação icônica. **Estudos Lingüísticos XVI Anais dos Seminários do GEL**. Taubaté, 1988.

SCHER, A. P. **As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1996. Inédito.

SCHERRE, M. M. P. Pressupostos teóricos e suporte quantitativo. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P.(orgs.) **Padrões sociolingüísticos**. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1996. 39-50

THOMPSON, S.; MULAC, A. A quantitative perspective on the grammaticization of epistemic parentheticals in English. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (orgs.) **Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological issues**. II. Amsterdam: Benjamins, 1991. p. 313 - 329.

WEINREICH, V. LABOV, W. & HERZOG, M. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. P. et alii (eds.). **Directions for Historical Linguistic**. Austin/Texas, 1968. p. 95-195.